

Conquistas e Desafios para a Agricultura Familiar¹

Nadia Scariot²

Temos no Brasil, atualmente, uma condição real instalada de dar passos significativos em vários processos de desenvolvimento. O cooperativismo de crédito, a Agricultura Familiar, as estruturas de Extensão Rural, os instrumentos de Políticas Públicas são considerados meios eficazes para se chegar a esse desenvolvimento. Conquistas como o PRONAF e o Proagro, além de outras políticas que estão por ser instituídas, são exemplos desses avanços.

Neste sentido, podemos nos perguntar sobre, qual é o papel da agricultura no desenvolvimento do nosso país? Essa pergunta é a mesma dos anos 70, 80 e 90, do século XX, e a resposta encontrada lá atrás, quando o Brasil se iniciava na modernização era de que ela tinha que gerar renda, tinha que produzir para exportar. A consequência disso é esse resultado excludente de grande parte da população do campo e uma “ressaca” que nós vivemos até hoje na política, com uma representação extremamente conservadora, que engessam os processos sociais.

Após 15 anos de muitas lutas e negociações a Agricultura Familiar, através de uma emenda parlamentar do Deputado Assis Miguel do Couto, conseguiu que o presidente da República sancionasse a lei em benefício dos agricultores familiares. Uma política extremamente importante por diferenciar o que é e o que não é agricultura familiar neste país, uma vez que é necessário ter políticas diferenciadas para este setor. Isto deu aos gestores públicos envolvidos com as questões do campo, um maior empoderamento para iniciar uma nova retomada de poderes no tratamento das questões da pequena e média agricultura.

O Banco Mundial divulgou em 2007 o relatório anual de desenvolvimento econômico, e após 22 anos voltou a falar da questão agrícola, valorizando a pequena e média agricultura, como principal instrumento dos países pobres, e

¹ Texto adaptado a partir da fala de Adoniram Sanches Peraci, secretário da Secretaria da Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA na AGO da CRESOL Baser em 2008, realizada em Francisco Beltrão-PR.

² Organizadora do texto. Ms. Em Educação – Sociologia e Coordenadora Pedagógica do Instituto de Formação do Cooperativismo Solidário – INFOCOS.

em desenvolvimento, para gerar crescimento econômico, distribuição de renda e geração de novas oportunidades de trabalho. Segundo o relatório, no que se refere à questão ambiental, percebe-se também que no Brasil nós estamos avançados em relação ao que tem pra enfrentar o problema do meio ambiente, no sentido de evitar a contaminação de água doce e manejo da biodiversidade. O Banco Mundial, que tem uma visão global de mundo, percebeu que o desenvolvimento do país passa pela agricultura, valorizando a pequena e média propriedade rural, que no Brasil chamamos de Agricultura Familiar, por isso é importante garantir leis que assegurem essa condição e o Estado, principalmente, a EMATER e o Banco do Brasil, tem que estar mais presente nesse debate. *Ou você entra nesse debate e reordena essa instituição ou nós não vamos ter um projeto político de sociedade pra daqui a 20 anos* (Sanchez, 2008).

O país passa, atualmente, por um processo de crescimento, entretanto, este processo ocorreu anteriormente, nas décadas de 70 e 80, deixando de fora de seu plano, temas como a Agricultura Familiar e a Reforma Agrária. No processo atual, tais temas estão sendo considerados, entretanto, a maior preocupação está sendo a de “como engancha o vagão do trem do crescimento, esse vagão chamado Agricultura Familiar, como nós engatamos ele no bonde do crescimento?” (Sanchez, 2008). Esclarece que apenas buscar uma melhora no preço dos produtos pode ser uma ameaça ao que já está consolidado.

É imprescindível, segundo ele, que o PRONAF – Programa Nacional da Agricultura Familiar - tenha um juro negativo, com subsídios mais baratos, pois dessa forma possibilitam que as pessoas permaneçam no meio rural com melhores condições, dignidade e qualidade de vida. Essas mudanças precisam ser encaminhadas com urgência, enquanto ainda se tem um governo voltado para as questões sociais. Movimentos sociais como a CONTAG, a Jornada da Agricultura Familiar, FETRAF, Abril Vermelho do MST, têm papéis relevantes nestas conquistas.

O financiamento PRONAF tem aumentado consideravelmente, porém ele, ainda, financia adubos, venenos e sementes transgênicas, produtos que são considerados um entrave a visão sistêmica de desenvolvimento. Um dos avanços do PRONAF foi o voto do Conselho Monetário Nacional que acabou

com as “letrinhas” C, D e E, na intenção de já para a próxima safra, 2009, 2010, instaurar o PRONAF Sistêmico, que passa a financiar não mais o produto, mas o conjunto todo da propriedade. Assim, todo o sistema necessita estar ancorado em uma pessoa, num técnico agrícola, no “agricultor mestre” que saiba o que é uma propriedade sistêmica. Diante desse fato surge a demanda por profissionais, técnicos e agrônomos, que saibam elaborar um projeto sistêmico, pois, tradicionalmente, as instituições de ensino têm formado profissionais voltados ao desenvolvimento da agricultura empresarial e o número aproximado de profissionais habilitados, com uma visão agroecológica, não chega a 22 mil em todo país.

Mas, afinal, o que vem a ser um projeto sistêmico? Por projeto sistêmico podemos entender um projeto que tenha milho, feijão, soja, galinha, pomar, potreiro, reflorestamento, entre outros. É um projeto que engloba as várias dimensões da vida, considerando para além do entorno ambiental, também o cultural, o humano e o social. A elaboração deste tipo de projeto tem um valor financeiro, o qual certamente os bancos não querem se comprometer, sendo necessária a atuação da extensão rural, como EMATERs e ONGs. Estas últimas, no entanto, não cobrem 20% do sul do Brasil e no restante do país, aparecem com um número bem menos expressivo, menos de 8%. Essas redes alternativas de ONGs (Rureco, Assesoar, Redes de Ater, entre outras), pactuando com as redes oficiais, com a força do governo federal e com os governos estaduais, podem propiciar um quadro em que seja possível falar em projeto sistêmico, em Agricultura Familiar. Só será possível fazer o enfrentamento a grandes conglomerados, como Sadia, Perdigão, se tivermos um sistema organizativo forte, que tenha suporte, conhecimento e projetos palpáveis.

Outra questão que torna viável a efetivação da agricultura familiar é o seguro agrícola, o PROAGRO - Programa de Garantia da Atividade Agropecuária -, organizado num sistema que cobre, atualmente, 100% do valor financiado, mais 65% da receita líquida. Uma outra modalidade de seguro, criada ainda no governo Requião, é o que faz a equivalência ao produto e, hoje, 92% dos contratos do PRONAF estão indexados. Então, *“da porteira pra dentro você já tem crédito, tem assistência técnica, tem o seguro de risco. Nossa preocupação é que tenha o seguro de preço”*, destaca Sanches (2008).

Um outro instrumento criado pelo atual governo federal é o PAA - Programa de Aquisição de Alimentos -, que atualmente é operacionalizado pela CONAB, com o objetivo de fortalecer os sistemas locais de segurança alimentar. Conforme Renato Maluf, presidente do CNSA - Conselho Nacional de Segurança Alimentar -, a solução para conter a alta dos preços dos alimentos é proteger e incentivar a agricultura familiar.

Ele sublinha a agricultura familiar como alternativa por estimular a diversidade de biomas³, de formas de produzir e de tipos de alimentos. “O agronegócio é parte da crise. Ele pode ser eficiente do ponto de vista produtivo, mas é dirigido a um número restrito de exportadores, é concentrador, agressivo ao meio ambiente e não gera empregos.

Após oito anos de negociação o governo federal sancionou, também, o novo decreto do SUASA – Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária -, que permite que os produtos da Agricultura Familiar (salames, queijos, etc.) circulem pelo Brasil todo, sem os carimbos da de SIF – Serviço de Inspeção Federal, porém com todo o cuidado da legislação sanitária. Entretanto, este movimento possui uma força muito em nível político do que operacional, pois ainda não se tem produtores suficientes, embora os produtos apresentem boa qualidade. É necessário apostar nesse laço com o consumidor.

Para a concretização dessas políticas, Sanches aposta na participação das cooperativas de créditos, da qual o Sistema Cresol faz parte, pois, segundo ele, os agricultores precisam de capital de giro, de formação, para criar um círculo virtuoso, pois é só assim que poderemos conseguir ter um laço diferenciado no mercado.

Sanches (2008) destaca que o Sistema Cresol conquistou uma posição privilegiada junto ao Banco Central e que “o que precisar ser feito, hoje, no cooperativismo de crédito tem segurança do governo brasileiro”. Comenta ainda que “os parâmetros construídos no cooperativismo de crédito permitem que as instituições brasileiras sejam outras” e, ressalta, que “estamos em pleno processo de disputa do processo de desenvolvimento. O jogo é real, é bom, e nós estamos dentro do governo Lula”.

³ Em ecologia chama-se **bioma** a uma comunidade biológica, ou seja, fauna e flora e suas interações entre si e com o ambiente físico: solo, água e ar.

Os Principais Desafios para a Agricultura Familiar:

1) Tema do Meio Ambiente: estão em andamento três Projetos de Lei, circulando em Brasília, que criam o conceito de Serviço Ambiental, o qual visa valorizar, mediante uma política compensatória de juros menores, por exemplo, aos agricultores orgânicos. Entende-se que no mercado, os produtos orgânicos possuem uma valorização maior, mas é preciso valorizar também quem produz tais alimentos, pelo cuidado ambiental que produz. Esse debate de uma agricultura limpa, baseada nos princípios da agroecologia, é um debate futuro, estratégico, que não pode mais continuar se dando de forma “acanhada”, tímida, como foi nos últimos dez anos.

2) Tema da Pobreza: Apesar de a agricultura ser considerada uma das alternativas viáveis de desenvolvimento, o índice de pobreza no meio rural brasileiro apresenta-se, ainda, de forma aguda e violenta. No intento de minimizar este quadro social o governo federal lança o programa denominado Território da Cidadania, que no sul do país atinge, mais precisamente, o Vale do Ribeira e a região do Cantiquiriguaçú, no PR, embora tenha forte concentração no nordeste do país. Esta é uma ação conjunta que envolve 15 ministérios, com mais de 135 ações, entre elas o PRONAF, Extensão Rural, o PAA, a Bolsa Família. O que se pretende é que em menos de cinco anos esse “corredor da pobreza” apresente indicadores diferentes, pois a pobreza é um tema que angustia, sendo, portanto, necessário estabelecer um debate mais efetivo, na resolução da mesma.

É necessário, cada vez mais, construirmos uma agricultura diversificada, limpa e um desenvolvimento rural sustentável, que agora chamamos, também, de solidário, humano, pra valorizar a cultura do campo, que está criando referências diferentes, pelos novos valores, pela ética e o entorno que está se criando.